

Vereador contesta novo Código Florestal e defende aposentadoria para deficientes

Assunto:

<u>VISITA A BRASÍLIA</u>



Vereador contesta novo Código Florestal e defende aposentadoria para deficientes

O líder do Partido Verde na Câmara Municipal, Leonardo Mattos, irá ao Senado Federal nesta quinta-feira, 7 de abril, protestar contra o novo Código Florestal que, segundo ele, despenaliza transgressores de normas ambientais. Na visita, o vereador também defenderá os direitos dos deficientes, lutando pela aprovação de projeto de sua autoria que reduz o tempo de contribuição desses trabalhadores.

Leonardo Mattos participará de dois eventos na capital federal. Pela manhã, estará presente na manifestação que será realizada às 9h no Congresso Nacional em defesa da preservação do atual Código Florestal e contra o substitutivo do deputado Aldo Rebelo (PCdoB/SP). Segundo Mattos, o novo texto despenaliza os cidadãos que infringem a lei ambiental, já que propõe a atenuação de todas as impugnações.

Além disso, o relator do substitutivo do Código Florestal, Aldo Rebelo, reduz as dimensões das Áreas de Preservação Permanente (APP): dos 15 metros propostos inicialmente, as APPs poderão ser reduzidas para até 7,5 metros, caso o texto seja aprovado em plenário. O substitutivo prevê ainda a diminuição das áreas de proteção de 50 metros onde existem nascentes, além de manter a anistia para desmatadores.

Deficientes

Às 12h30, Mattos participará de encontro com o presidente do Senado, José Sarney, juntamente com outros representantes. O objetivo é pressionar a aprovação do projeto de lei apresentado por ele durante o mandato de deputado federal, que concede condições especiais de aposentadoria para pessoas com deficiência.

O Projeto de Lei Complementar apresentado pelo vereador e ex-deputado federal em 2005 permite a redução do tempo de contribuição dos trabalhadores deficientes à Previdência Social para fins de aposentadoria, conforme o grau de deficiência. O projeto foi aprovado na Câmara Federal em abril de 2010 e seguiu para o Senado Federal, onde aguarda votação em plenário.

Superintendência de Comunicação Institucional